Ano VII
n. 67 Out. 2026
ISSN 2675-2573

Revista

a PRIMEIRA EVOLUÇÃO

Brasil - Angola



Rosa Cardoso

Uma Vida Pela Educação

LANÇAMENTOS

UMA por TODAS!

UNIÃO DE MULHERES AUTÔNOMAS
UMA

Filiada à:
ABEC BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos
ISSN INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER BRAZIL
Crossref
sumários.org
Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista a PRIMEIRA EVOLUÇÃO
Brasil - Angola

Ano VII - nº 67
Outubro de 2026
ISSN 2675-2573

Uma publicação bimestral da Editora Livro Alternativo

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

https://primeiraevolucao.com.br https://doi.org/10.52078/g2yjnv63

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:
T.I Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
https://primeiraevolucao.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 67 (out. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026.
208 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: https://primeiraevolucao.com.br
DOI: https://doi.org/10.52078/8mwejh64

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:

São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:
Livro Alternativo
www.livroalterntaivo.com.br
CNPJ: 28.657. 494/0001-09

Revista EVOLUÇÃO
ISSN: 2675-2573

SUMÁRIO

Ano VII - Nº 67 - Out. 2026

05 EDITORIAL
Antonio R P Medrado

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade
Adeilson Batista Lins

09 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes
Isac Chateauneuf

11 ROSA CARDOSO: Uma vida pela educação
Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PRÓ-SOCIABILIDADE: UMA ESSÊNCIA INTEGRADORA DA PERSONALIDADE DO ALUNO DA ESCOLA COMANDANTE BULA, NA PROVÍNCIA DO HUAMBO
Alberto Praia Tchinhama 17

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME) EM ANGOLA: DESAFIOS, INSTRUMENTOS, IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
António Evaristo 22

3. AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: DILEMAS E DESAFIOS EM TEMPOS FRATURADOS
Faustino Moma Tchipesse /Miguel Divovo 29

4. AS PROPRIEDADES FUNDAMENTAIS DAS EQUAÇÕES EXPONENCIAIS E SUA APLICAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS.
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo 37

5. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E A ESCOLHA DA PROFISSÃO NO CONTEXTO ANGOLANO
Fernando Massi Argentino 44

6. A PARTICIPAÇÃO DO MOTO-TAXISTA NA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS EM ANGOLA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAZENGO, PROVÍNCIA DO CUANZA-NORTE
Fernando Pascoal da Silva/Elisa João Esteves Cazola/Ondina Francisco Futa 49

7. MATEMÁTICA COMO CONSTRUÇÃO COGNITIVA: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA
Glaucimer Silva Batista de Almeida 55

8. A ESCOLA TAMBÉM ENSINA PELO ESPAÇO: AMBIENTE FÍSICO, CONFORTO E CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Joana Cristina de Barros 59

9. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING: PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA ÉTICA
Joice Pereira Marques 66

10. O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM ANGOLA
José António Afonso Joaquim 71

11. IMPLEMENTAÇÃO DE LINK DE FIBRA ÓPTICA ENTRE OS POLOS DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DEOLINDA RODRIGUES: UM ESTUDO DE VIABILIDADE
José Miguel Kissanga Vunge 79

12. ALGUNS ESTUDOS SOBRE AS EXPETATIVAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DIANTE DA APRENDIZAGEM EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS, AMERICANOS E AFRICANOS
Manuel Francisco Neto/Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco 85

13. ENTRE O TEMPO DE ENSINAR E O TEMPO DE APRENDER: OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Maria Angela Ferreira Oliveira 90

14. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: POLÍTICAS E PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL PAULISTANA
Maria Madalena Sampaio Silva 96

15. EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO: A VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR
Marissol Caetano Ferreira de Fonte 101

16. A AÇÃO SUPERVISORA NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE (SP)
Marli Aparecida Rosa 107

17. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO NO PANGUILA
Milton Gil Zaia Jacinto 113

18. A ESCOLA QUE ESCUTA: PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS
Natalia Gordiano 119

19. TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O LÚDICO, O DIDÁTICO E O ÉTICO
NAYANE BRITO VERAS GODINHO HERMISDORF 124

20. VULNERABILIDADE DIFERENCIADA À SECA NO SUL DE ANGOLA: ANÁLISE QUANTITATIVA E MAPEAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO
Ngombo Rodrigues Lucau/Heidi Morais Quimuanga/ Casimiro Manuel Agostinho 130

21. ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA FACILITAR O APRENDIZADO ONLINE AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO COM FOCO NO FOVO (FORMATO ONLINE DE VIDEOAULAS)
Pedro Isaac/Mateus Queiroz Tchamolehã 138

22. VACINAÇÃO PSICOLÓGICA NA ÁREA EDUCACIONAL: ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL E PREVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR
Rafaela Gois Zirpolo 143

23. LEITURA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: MEDIAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO DO LEITOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Roseli Brito Tenório Ramos 149

24. A ESCOLA PARA ALÉM DOS RESULTADOS: A FORMAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE PRODUTIVIDADE EDUCACIONAL
Rosemeire de Araujo Fonseca 155

25. A REFORMA EDUCATIVA E OS DESAFIOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA
Sabino Lázaro Argentino 160

26. ERROS SILENCIOSOS NO ENSINO REGULAR EM ANGOLA
Santos Kulua João 166

27. A OBRIGATORIEDADE À TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS DE RACISMO E XENOFOBIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tatiana Miranda Lima 174

28. AUDITORIA NO PROCESSO DE CONTROLO INTERNO PARA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME)
Vasco Fragata Moniz 178

29. CONHECIMENTO E PRÁTICA NA TITULAÇÃO DA REACÇÃO WIDAL
Vernete Nginga Sebastião/Violeta Ana Jaime da Silva André 184

30. CONFLITOS FAMILIARES E EFEITOS COLATERAIS DO FENÔMENO ACUSATIVO DO FEITIÇO. SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E A SUA PREVENÇÃO. OBJETO DE ESTUDO NO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO.
Walter Albino António Sassoma 189

31. FURTOS ESCOLARES NO ENSINO PRIMÁRIO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS: CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 5077, MUNICÍPIO DE CALUMBO, ZANGO IV
Wilder Dala Quinjango 195

32. AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA VENDA AMBULANTE DESORDENADA EM CACUACO DE 2021/2023
Zacarias Kameia 201

Revista a EVOLUÇÃO
ISSN 2675-2573
@primeiraevolucao
https://primeiraevolucao.com.br

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PRÓ-SOCIABILIDADE: UMA ESSÊNCIA INTEGRADORA DA PERSONALIDADE DO ALUNO DA ESCOLA COMANDANTE BULA, NA PROVÍNCIA DO HUAMBO

Alberto Praia Tchinhama

RESUMO

O artigo analisa a pró-sociabilidade como dimensão integradora da personalidade do aluno, à luz da Teoria das Representações Sociais e da realidade educativa angolana, tomando a Escola Comandante Bula, na província do Huambo, como referência contextual. O objectivo é compreender de que modo os significados socialmente partilhados sobre solidariedade, respeito, cooperação e convivência podem orientar práticas relacionais no espaço escolar. Metodologicamente, adopta-se uma abordagem bibliográfica, de natureza qualitativa e interpretativa, sustentada na leitura crítica de obras científicas sobre representações sociais, desenvolvimento da personalidade e competências socioemocionais, bem como de legislação educativo-jurídica angolana. A análise evidencia que a pró-sociabilidade não deve ser entendida como traço fixo nem como simples obediência, mas como processo relacional que se desenvolve através de modelos, experiências de cooperação, regulação emocional e resolução justa de conflitos. Defende-se que a escola, a família, os professores e os pares partilham responsabilidades na construção de uma cultura de convivência. Conclui-se que a promoção sistemática de práticas pró-sociais pode favorecer a formação integral, embora a confirmação das representações específicas existentes na Escola Comandante Bula exija investigação empírica própria.

Palavras-chave: Representações Sociais; Pró-Sociabilidade; Personalidade; Convivência Escolar; Huambo.

ABSTRACT

This article examines prosociality as an integrating dimension of students' personality through the Theory of Social Representations and the Angolan educational context, using Comandante Bula School, in Huambo province, as a contextual reference. It aims to understand how shared meanings of solidarity, respect, cooperation and coexistence may guide relationships in school. The study adopts a qualitative, interpretive bibliographic approach based on scientific literature on social representations, personality development and social-emotional skills, as well as Angolan educational and legal provisions. The analysis suggests that prosociality should not be regarded as a fixed trait or mere obedience, but as a relational process developed through role models, cooperative experiences, emotional regulation and fair conflict resolution. Schools, families, teachers and peers share responsibility for building a culture of coexistence. Systematic prosocial practices may contribute to students' integral development; however, identifying the specific social representations present at Comandante Bula School requires dedicated empirical research.

Keywords: Social Representations; Prosociality; Personality; School Coexistence; Huambo.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de transmissão de conhecimentos e, simultaneamente, de construção de significados, identidades, atitudes e modos de convivência. Para além dos conteúdos curriculares, o aluno aprende a respeitar, cooperar, ajudar, resolver divergências e reconhecer a dignidade dos outros. Estas aprendizagens resultam das interacções com colegas, professores, famílias e práticas institucionais.

A pró-sociabilidade compreende comportamentos voluntários orientados para o benefício de outras pessoas ou da colectividade, como ajudar, partilhar, cooperar, consolar, incluir e agir com responsabilidade. Não se resume a boas maneiras: envolve disposições, emoções, julgamentos morais e práticas sociais, influenciadas tanto por

ALBERTO PRAIA TCHINHAMA, é licenciado em Psicologia da Educação pelo ISCED-Huambo, mestre em Psicopedagogia pela Universidade Marta Abreu de Las Villas, República de Cuba, doutorando em Ciências Sociais, opção Psicologia Social, professor de Pedagogia-Geral e Didáctica-Geral no Instituto Superior Politécnico Católico (ISPOC) e inspector provincial do Gabinete Provincial da Educação no Huambo.

características individuais como pelos contextos de socialização (Eisenberg & Mussen, 1989).

A Teoria das Representações Sociais oferece um enquadramento para compreender como os grupos constroem e partilham significados sobre a solidariedade, o respeito, a autoridade e o conflito. Moscovici (2000), entende as representações sociais como formas de conhecimento produzidas na comunicação e na vida colectiva; Jodelet (2008), destaca a articulação entre conhecimento comum, experiência e contexto sociocultural. As interpretações partilhadas podem orientar a conduta, mas não determinam mecanicamente o comportamento.

No contexto da Escola Comandante Bula, na província do Huambo, o tema é relevante para pensar a coexistência de práticas de cooperação com situações de conflito e indisciplina, sem transformar percepções localizadas em conclusões gerais sobre a comunidade escolar. O problema orientador é: de que modo a pró-sociabilidade, enquanto prática educativa e objecto de significação social, pode contribuir para a integração da personalidade dos alunos?

O objectivo geral consiste em analisar a pró-sociabilidade como dimensão integradora da personalidade, articulando a Teoria das Representações Sociais, a literatura sobre desenvolvimento socioemocional e o quadro jurídico-educativo angolano. Especificamente, pretende-se clarificar os conceitos fundamentais, discutir o papel da escola, dos professores, das famílias e dos pares, e apresentar orientações educativas que possam ser adaptadas ao contexto escolar. A análise não procura classificar alunos como “bons” ou “maus”, mas compreender as condições que favorecem comportamentos cooperativos e respostas construtivas aos conflitos.

METODOLOGIA

O artigo adopta uma abordagem bibliográfica, de natureza qualitativa e interpretativa. O procedimento consistiu na leitura, selecção e análise crítica de obras de referência sobre representações sociais, comportamento pró-social, desenvolvimento da personalidade, aprendizagem social e competências socioemocionais, complementadas por diplomas legais angolanos relevantes para a educação e a protecção da criança.

O corpus teórico inclui contributos de Moscovici, Jodelet e Abric para a compreensão das representações sociais; de Eisenberg e Mussen, Vygotsky e Bandura para a análise do comportamento e do desenvolvimento; e estudos contemporâneos sobre aprendizagem socioemocional, clima escolar e relação professor-aluno. No plano normativo, consideram-se a Constituição da República de Angola, a Lei n.º 17/16, alterada pela Lei n.º 32/20, e a Lei n.º 25/12.

A análise foi organizada por eixos temáticos: significados sociais e orientação da conduta; pró-sociabilidade e personalidade; competências socioemocionais e cultura escolar; responsabilidades dos actores educativos; e enquadramento jurídico. Não houve recolha de novos dados, aplicação de instrumentos ou tratamento de resultados de campo. Por conseguinte, as referências à Escola Comandante Bula são contextuais e não constituem resultados empíricos produzidos por esta abordagem. A identificação das representações efectivamente partilhadas pelos seus alunos exigiria um estudo de campo específico.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

• Representações sociais: conhecimento partilhado e orientação da conduta

Na perspectiva de Moscovici (2000), as representações sociais são sistemas de significados produzidos e transformados na comunicação, através dos quais os grupos interpretam acontecimentos, classificam situações e orientam a acção. Não correspondem à simples soma de opiniões individuais: formam-se na relação entre linguagem, memória colectiva, normas institucionais e experiência quotidiana. Jodelet (2008), reforça que o conhecimento comum é social e historicamente situado.

Na escola, ideias sobre o que significa ser um “colega solidário”, um “aluno indisciplinado” ou um “professor justo” podem influenciar expectativas e respostas. A mesma situação pode ser interpretada de forma diferente por alunos, docentes, direcção e famílias, em função das suas experiências e posições. Por isso, a análise das representações deve considerar tanto os discursos como as práticas e os contextos em que surgem.

A abordagem estrutural de Abric (2001), distingue um núcleo central, que confere estabilidade e sentido à representação, e elementos periféricos, mais sensíveis às circunstâncias. No tema em análise, respeito, dignidade e reciprocidade podem ser considerados hipóteses de princípios organizadores, mas não devem ser apresentados como resultados comprovados sem procedimentos específicos de recolha e análise. Entrevistas, grupos focais, associação livre de palavras e observação sistemática poderiam contribuir para estudar as representações existentes na Escola Comandante Bula.

• Pró-sociabilidade e desenvolvimento da personalidade

O comportamento pró-social é uma acção voluntária destinada a beneficiar outra pessoa ou grupo, incluindo ajuda, partilha, cooperação e conforto

emocional. Eisenberg e Mussen (1989), mostram que o seu desenvolvimento envolve factores individuais, motivacionais, sociais e educativos. Assim, a pró-sociabilidade não é uma característica imutável: pode ser fortalecida por modelos positivos, experiências de reciprocidade, reflexão moral e participação em actividades colectivas.

A personalidade pode ser entendida como uma organização dinâmica de características psicológicas, emocionais, cognitivas e comportamentais. A pró-sociabilidade contribui para a sua integração quando articula empatia, autocontrolo, responsabilidade, sentido de justiça e capacidade de cooperação. Isso não significa reduzir a personalidade a comportamentos socialmente desejáveis nem confundir integração com conformismo. O aluno deve aprender a cooperar sem perder autonomia, a respeitar sem aceitar abusos e a resolver divergências sem violência.

A perspectiva sociocultural de Vygotsky (1978), salienta o papel das relações mediadas pela linguagem e pela cultura no desenvolvimento psicológico. Bandura (1977), por sua vez, evidencia a aprendizagem por observação de modelos e pelas consequências percebidas das acções. O professor que corrige sem humilhar, distribui a palavra com justiça e reconhece contribuições oferece um modelo concreto de convivência. Do mesmo modo, as normas do grupo de pares podem incentivar a ajuda mútua ou normalizar a agressividade.

- **Competências socioemocionais e cultura escolar**

As competências socioemocionais abrangem o reconhecimento e a regulação das emoções, a compreensão da perspectiva alheia, a comunicação, a cooperação, a tomada de decisões responsáveis e a gestão de conflitos. A meta-análise de Cipriano et al. (2023), que reuniu 424 estudos de 53 países e mais de 575 mil alunos, identificou resultados favoráveis associados a intervenções escolares universais de aprendizagem socioemocional, embora os efeitos variem conforme o conteúdo, a qualidade de implementação e o contexto.

Luo et al. (2023), identificaram associações entre clima escolar, apoio social percebido, resiliência e comportamento pró-social em alunos do ensino secundário. Por se tratar de investigação realizada noutro contexto nacional, os resultados não podem ser transferidos automaticamente para Angola; servem, contudo, como fundamento para formular questões que futuras pesquisas angolanas poderão testar.

Uma cultura escolar pró-social exige coerência entre regras, discurso institucional e práticas. Palestras pontuais sobre respeito têm alcance limitado quando as interacções quotidianas toleram humilhação, exclusão ou favoritismo. Entre as práticas possíveis contam-se acordos de convivência construídos com os alunos, tarefas cooperativas com responsabilidades distribuídas, tutoria entre pares, círculos de diálogo, mediação de conflitos e reconhecimento de comportamentos de ajuda. A avaliação deve considerar a qualidade dos processos e as mudanças observadas, não apenas o número de actividades realizadas.

- **Escola, professor, família e grupo de pares**

O professor ocupa uma posição estratégica porque organiza actividades, estabelece expectativas, interpreta comportamentos e oferece modelos relacionais. Uma relação professor-aluno baseada em confiança, respeito e expectativas claras pode favorecer o envolvimento escolar e a conduta pró-social. Longobardi et al. (2021), encontraram uma relação entre a qualidade da relação professor-aluno e o comportamento pró-social, destacando a importância de atitudes positivas perante a escola.

Os pares são uma fonte de pertença e aprendizagem. Trabalhos de grupo bem estruturados podem ampliar a ajuda mútua, enquanto grupos que atribuem estatuto à agressividade podem normalizar a intimidação. A escola deve promover interdependência positiva, distribuir responsabilidades e intervir quando a cooperação se converte em exclusão ou quando a pressão dos pares reforça condutas prejudiciais.

A família participa na formação de valores e no acompanhamento do percurso escolar. Essa participação não deve ser avaliada apenas pela presença em reuniões: a comunicação regular, o diálogo sobre conflitos e a colaboração na procura de soluções também são relevantes. Horários de trabalho, distância e condições económicas podem limitar formas de participação. Por isso, a escola deve oferecer canais acessíveis de comunicação e tratar os encarregados de educação como parceiros, sem presumir desinteresse com base apenas na presença física.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO-EDUCATIVO ANGOLANO

A Constituição da República de Angola reconhece o direito ao ensino, no artigo 79.º, e

estabelece deveres especiais de protecção da criança no artigo 80.º. Este último consagra a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado na protecção contra discriminação, opressão, exploração e exercício abusivo da autoridade (Constituição da República de Angola, 2010, art. 80.º). Estes princípios sustentam uma convivência escolar que proteja a dignidade e a integridade dos alunos.

A Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, alterada pela Lei n.º 32/20, define a educação como processo orientado para a formação integral e para a vida individual e colectiva. O artigo 2.º da Lei n.º 17/16 associa a educação à preparação integral do indivíduo para as exigências da vida individual e colectiva. Essa finalidade abrange competências de diálogo, responsabilidade, cooperação e respeito pelos direitos dos outros.

A Lei n.º 25/12, de 22 de Agosto, sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança, reforça a importância da protecção, da dignidade e do desenvolvimento integral. A existência de normas, porém, não garante automaticamente comportamentos pró-sociais. A sua concretização depende de políticas institucionais, formação docente, mecanismos de protecção, participação familiar e procedimentos claros para prevenir e responder a conflitos.

Na prática, o regulamento interno deve ser coerente com os direitos da criança e traduzir-se em regras conhecidas, procedimentos justos, canais seguros para comunicar incidentes e respostas educativas proporcionais. A disciplina é compatível com a promoção da pró-sociabilidade quando não se transforma em humilhação, violência ou exclusão.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A literatura analisada permite compreender a pró-sociabilidade como um processo relacional, educativo e contextual. A Teoria das Representações Sociais ajuda a explicar a relevância dos significados partilhados, enquanto as perspectivas sobre aprendizagem social e desenvolvimento socioemocional esclarecem como modelos, experiências e normas colectivas podem favorecer ou inibir a cooperação. Nenhuma destas abordagens, isoladamente, explica toda a complexidade da convivência escolar.

Aplicada como referência contextual à Escola Comandante Bula, esta leitura recomenda que não se presuma a ausência de problemas a partir de percepções positivas das relações, nem se interpretem os conflitos como prova de fracasso total da convivência. É necessário distinguir desacordos comuns, agressões e intimidação repetida, considerando a frequência, a gravidade, a assimetria de poder e as necessidades de protecção. Como o presente artigo se baseia em bibliografia, não é possível afirmar quais dessas situações predominam na escola.

A pró-sociabilidade pode apoiar a integração da personalidade quando o aluno passa da repetição de regras à compreensão das consequências das suas acções, regula impulsos, reconhece a perspectiva alheia e participa na reparação de danos. Ainda assim, não se deve afirmar que ela causa mudanças específicas na personalidade sem evidência empírica apropriada. A formulação mais rigorosa é que a literatura sustenta uma relação teoricamente plausível entre experiências pró-sociais, desenvolvimento relacional e formação integral.

Também importa evitar a responsabilização exclusiva do aluno ou da família. A convivência resulta da interacção entre práticas individuais, relações entre pares, atitudes dos professores, condições institucionais e participação familiar. A escola deve, por isso, combinar apoio socioemocional, regras claras, protecção contra violência e oportunidades de cooperação. Estudos internacionais oferecem pistas, mas a sua adequação deve ser apreciada à luz da realidade angolana e avaliada de forma sistemática.

IMPLICAÇÕES EDUCATIVAS E RECOMENDAÇÕES

1. Promover a educação socioemocional transversal. Integrar nas aulas actividades adequadas à idade sobre identificação de emoções, empatia, escuta activa, comunicação respeitosa e tomada de decisões responsáveis.

2. Estruturar a aprendizagem cooperativa. Organizar tarefas com objectivos comuns, papéis rotativos e responsabilidade individual, assegurando que todos participem e que a ajuda não substitua a aprendizagem de cada aluno.

3. Estabelecer procedimentos de prevenção e resposta aos conflitos. Definir formas seguras de comunicar incidentes, ouvir as partes com imparcialidade, proteger os alunos afectados e aplicar respostas proporcionais. A mediação não deve obrigar uma vítima a negociar em situações de violência ou desequilíbrio de poder.

4. Apoiar e formar os professores. Promover formação prática em gestão da sala de aula, disciplina positiva, prevenção do bullying e qualidade da relação professor-aluno, com espaços de partilha entre docentes.

5. Reforçar a parceria com as famílias. Diversificar horários e meios de contacto, comunicar também progressos e comportamentos positivos e clarificar responsabilidades comuns, respeitando as diferentes condições de participação.

6. Investigar as representações sociais de forma específica. Em estudos futuros, utilizar associação livre de palavras, entrevistas, grupos focais e observação para compreender o que alunos, professores, direcção e famílias entendem por solidariedade, respeito, conflito

e convivência. Só com procedimentos adequados será possível examinar conteúdos recorrentes e eventual organização central e periférica das representações.

7. Monitorizar as práticas. A direcção pode definir indicadores como percepção de segurança, participação nas actividades, tipos de incidentes registados e avaliação dos alunos sobre justiça e cooperação. Os dados devem servir à melhoria institucional e respeitar a confidencialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou a pró-sociabilidade como dimensão integradora da personalidade, articulando a Teoria das Representações Sociais, a literatura sobre desenvolvimento socioemocional e o quadro jurídico-educativo angolano. A análise bibliográfica sustenta que solidariedade, respeito, cooperação e responsabilidade não devem permanecer apenas como valores declarados: precisam de ser convertidos em experiências quotidianas, relações justas e práticas institucionais coerentes. A pró-sociabilidade pode favorecer o desenvolvimento articulado de capacidades emocionais, cognitivas, morais e relacionais, desde que seja entendida como processo aprendido e contextual, e não como traço imutável ou sinónimo de obediência passiva. Professores, pares, famílias e direcção escolar têm responsabilidades complementares na criação de um ambiente seguro, inclusivo e propício à aprendizagem. Por se tratar de uma abordagem bibliográfica, este artigo não comprova empiricamente a estrutura das representações sociais dos alunos da Escola Comandante Bula, nem estabelece relações causais entre pró-sociabilidade e personalidade. Recomenda-se, por isso, uma investigação de campo especificamente orientada para esse objecto. A principal implicação prática é a necessidade de combinar educação socioemocional, aprendizagem cooperativa, prevenção de conflitos, formação docente, participação familiar e monitorização contínua, com respeito pela dignidade e pelos direitos de cada aluno.

REFERÊNCIAS

Abric, J.-C. (Ed.). (2001). **Pratiques sociales et représentations** (3e éd.). Presses Universitaires de France.

Bandura, A. (1977). **Social learning theory**. Prentice Hall.

Cipriano, C., Strambler, M. J., Naples, L. H., Ha, C., Kirk, M., Wood, M., Sehgal, K., Zieher, A. K., Eveleigh, A., McCarthy, M. F., Funaro, M., Ponnock, A., Chow, J. C., & Durlak, J. (2023). The state of evidence for social and emotional learning: A contemporary meta-analysis of universal school-based SEL interventions. **Child Development,** 94(5), 1181–1204. https://doi.org/10.1111/cdev.13968.

Constituição da República de Angola. (2010). Diário da República, I Série, n.º 23, de 5 de Fevereiro de 2010. https://www.tribunalsupremo.ao/wp-content/uploads/2018/05/constituicao-da-republica-de-angola.pdf.

Eisenberg, N., & Mussen, P. H. (1989). **The roots of prosocial behavior in children**. Cambridge University Press.

Jodelet, D. (2008). Social representations: The beautiful invention. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, 38 (4), 411–430. https://doi.org/10.1111/j.1468-5914.2008.00383.x

Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I Série, n.º 170, de 7 de Outubro de 2016.

Lei n.º 25/12, de 22 de Agosto. Lei sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança. Diário da República, I Série, n.º 162, de 22 de Agosto de 2012.

Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto. Lei que altera a Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I Série, n.º 123, de 12 de Agosto de 2020.

Longobardi, C., Settanni, M., Lin, S., & Fabris, M. A. (2021). Student-teacher relationship quality and prosocial behaviour: The mediating role of academic achievement and a positive attitude towards school. **British Journal of Educational Psychology**, 91(2), 547–562. https://doi.org/10.1111/bjep.12378.

Luo, Y., Ma, T., & Deng, Y. (2023). School climate and adolescents' prosocial behavior: The mediating role of perceived social support and resilience. **Frontiers in Psychology,** 14, Article 1095566. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1095566.

Moscovici, S. (2000). **Social representations**: Explorations in social psychology (G. Duveen, Ed.). Polity Press.

Vygotsky, L. S. (1978). **Mind in society:** The development of higher psychological processes (M. Cole, V. John-Steiner, S. Scribner, & E. Souberman, Eds.). Harvard University Press.



https://doi.org/10.52078/8mwejh64

ISSN 2675-2573

COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp .Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama
António Evaristo
Faustino Moma Tchipesse
Miguel Divovo
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo
Fernando Massi Argentino
Fernando Pascoal da Silva
Elisa João Esteves Cazola
Ondina Francisco Futa
Glaucimer Silva Batista de Almeida
Joana Cristina de Barros
Joice Pereira Marques
José António Afonso Joaquim
José Miguel Kissanga Vunge
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria Madalena Sampaio Silva
Marissol Caetano Ferreira de Fonte
Marli Aparecida Rosa
Milton Gil Zaia Jacinto
Natalia Gordiano
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf
Ngombo Rodrigues Lucau
Heidi Morais Quimuanga
Casimiro Manuel Agostinho
Pedro Isaac
Mateus Queiroz Tchamolehã
Rafaela Gois Zirpolo
Roseli Brito Tenório Ramos
Rosemeire de Araujo Fonseca
Sabino Lázaro Argentino
Santos Kulua João
Tatiana Miranda Lima
Vasco Fragata Moniz
Vernete Nginga Sebastião
Violeta Ana Jaime da Silva André
Walter Albino António Sassoma
Wilder Dala Quinjango
Zacarias Kameia

Indexadores:

Crossref · CiteFactor Academic Scientific Journals · Google Acadêmico · sumários.org Sumários de Revistas Brasileiras

Filiada à:

ABEC BRASIL Associação Brasileira de Editores Científicos · ISSN International Standard Serial Number Brazil · ibict Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia · doi

Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

debian · Scribus Desktop Publishing · LibreOffice The Document Foundation · gimp · Inkscape · Platform & workflow by OJS / PKP

Parceiros:

VAKUETO TUDILONGUI

ISPO ZANGO